

trabalho *necessário*

issn: 1808 - 799X

ano 9 – edição especial, número 13 – 2011

**GRUPO DE PESQUISA EM TRABALHO E EDUCAÇÃO - GPTE
(FE/USP)**

**O GRUPO DE PESQUISA EM TRABALHO E EDUCAÇÃO DA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA USP**

Carmen Sylvia Vidigal Moraes*

Evandro de Carvalho Lobão***

Sonia Maria Portella Kruppa**

O Grupo de Pesquisa em Trabalho e Educação da FE/USP¹ foi criado em meados de 2006, por iniciativa de um grupo de professores e estudantes do seu Programa de Pós-Graduação em Educação. Seu propósito é ser um fórum institucional de compartilhamento de problemas e procedimentos investigativos acerca de temáticas educacionais, na perspectiva do assim chamado paradigma do trabalho; neste sentido, também visa a constituição de referências teóricas e metodológicas comuns, que fundamentem formulações consistentes e consequentes nas investigações realizadas por seus componentes. O grupo encontra-se sob a liderança das Professoras Carmen Sylvia Vidigal Moraes e Sonia Maria Portella Kruppa; desde a sua criação, vem contando com a participação de estudantes, seus orientandos de doutorado, mestrado e da graduação, além de pesquisadores em nível de pós-doutoramento. Nas suas

* Professora Associada do EDA/FE/USP.

*** Estudante de Doutorado do PPGE/FE/USP.

** Professora Doutora do EDA/FE/USP.

¹ Registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq.

atividades, busca abarcar dos fundamentos da concepção materialista da Educação às questões atuais da educação, da política e da sociedade. Procuramos (o que por vezes não conseguimos) seguir uma programação quinzenal de encontros, nos quais realizamos discussões sobre leituras de textos próprios à nossa temática, projetos de pesquisa e pesquisas em andamento dos componentes do grupo e, menos frequentemente, sobre questões especiais, com convidados nacionais ou estrangeiros.

1. As Origens do GPTE: suas temáticas e abordagens

Embora formalmente recente, o GPTE foi gestado pouco a pouco no âmbito de estudos históricos e sociológicos relacionados à temática trabalho e educação desenvolvidos na FE/USP. Uma de suas origens encontra-se no esforço de ampliar e aprofundar a análise de questões relacionadas à reconstrução histórica das relações entre educação e trabalho, que resultou na formação e consolidação do Centro de Memória da Educação da FE/USP (também certificado pelo CNPq). Outra, com ênfase nos estudos sociológicos, desenvolve-se a partir de pesquisas sobre as políticas governamentais de educação, bem como sobre iniciativas educacionais do empresariado e dos movimentos sociais sindicais e populares.

O Centro de Memória da Educação, aprovado pela Congregação da FE/USP em 1994, apresenta-se regimentalmente como um órgão da Faculdade destinado: a reunir documentação (existente na FE/USP ou proveniente de outras instituições, como bibliotecas especiais, arquivos, fundos e coleções, além de acervos museológicos); a promover atividades de pesquisa, ensino e prestação de serviços, a partir de projetos articulados em torno de eixos temáticos, entre os quais se inclui "história das relações escola e trabalho"; e a divulgar, de forma integrada, a produção de seus membros no campo da História da Educação Escolar no Brasil. No decorrer dos seus 17 anos de funcionamento, o CME constituiu-se em espaço coletivo de pesquisa, com significativos desdobramentos institucionais e sociais.

Inicialmente, entre 1994 e 1999, suas atividades se concentraram no desenvolvimento do projeto de pesquisa integrado *Impressos, Leituras e Instituições Escolares no Brasil* (coordenado pelas Professoras Marta Maria

Chagas de Carvalho e Carmen Sylvia Vidigal Moraes), que se propôs a desenvolver trabalhos historiográficos sobre educação no intuito de impulsionar e redirecionar estudos centrados na escola e nas práticas que a constituem, configurando-a como instituição materialmente determinada. Particularmente quanto ao subprojeto *Escolas de "Instrução Popular": Materiais Escolares e Documentos Institucionais* (desenvolvido pelas Professoras Carmen Sylvia Vidigal Moraes e Circe Maria Fernandes Bittencourt), iniciou-se o necessário trabalho de levantamento e referência de fontes relacionadas à história do ensino técnico profissional no estado de São Paulo, desdobrando-se, de um lado, na Biblioteca do Livro Didático (coordenado por Circe Bittencourt), hoje com aproximadamente 10.000 volumes, e, de outro, num novo projeto de pesquisa (coordenado por Carmen Moraes), realizado com professores e alunos das escolas técnicas do Centro Paula Souza, que resultou na organização de arquivos escolares e centros de memória em 8 das escolas técnicas mais antigas do Estado.

Também nesse momento, o CME recebeu a guarda de documentos institucionais, entre eles o acervo do Centro Regional de Pesquisas Educacionais/CRPE, e daqueles originários da elaboração de teses e dissertações por professores e estudantes da FE/USP, como o arquivo Escolas Experimentais (1954-1997), além de doações como o acervo da Professora Maria Nilde Mascelani sobre as Escolas Vocacionais e do educador anarquista João Penteadó (1912-1968), diretor da Escola Moderna n. 2, de São Paulo. A partir de 1998, começou a organizar essa massa documental com base nos princípios arquivísticos para conservação e guarda e tem realizado, com o auxílio das instituições de fomento (Capes, CNPq e FAPESP), pesquisas temáticas a partir das fontes documentais disponibilizadas, com a produção de inventários analíticos, dissertações, teses e coletâneas de produção coletiva – nesse âmbito, ainda cabe ressaltar que atualmente o CME desenvolve projetos de monitoria e pesquisa com bolsistas de Iniciação Científica (graduação da USP) e de pré-Iniciação Científica (com estudantes do Ensino Médio da Rede Pública de São Paulo).

Os estudos sociológicos que redundaram na constituição do GPTE envolvem pesquisas sobre as políticas governamentais de educação profissional, em suas diferentes modalidades, ensino médio técnico, educação de jovens e

adultos e formação profissional inicial e continuada, em particular destinadas a jovens e adultos trabalhadores, homens e mulheres, na atual conjuntura de mudanças econômicas, políticas e sociais. Também, incluem estudos sobre as ações empresariais nas áreas da educação escolar e da formação/qualificação profissional, além das iniciativas educacionais dos movimentos sociais sindicais e populares.

Inicialmente, entre 1995 e 1999, com a pesquisa integrada *Estratégias Empresariais no Campo da Educação Escolar e da Formação Profissional: as experiências desenvolvidas pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais* (financiada pela FAPESP, coordenado pela Professora Carmen Sylvia Vidigal Moraes), buscou-se realizar um levantamento das iniciativas existentes entre o governo paulista e o empresariado no tocante a parcerias entre escolas públicas e empresas. O estudo aprofundou-se em algumas dessas iniciativas, desenvolvidas pelo então recém-criado Pensamento Nacional das Bases Empresariais/PNBE; discutiu-se as implicações e a relevância dessas formas de parceria na redefinição de estratégias gerais de organização institucional do sistema de ensino e na formulação de políticas públicas de educação.

Posteriormente, entre 1997 e 1999, na pesquisa nacional *Diagnóstico da Formação Profissional: ramo metalúrgico* (coordenado pela Professora Carmen Sylvia Vidigal Moraes) buscou-se produzir e organizar informações e análises sobre a formação profissional destinada aos trabalhadores de ramo metalúrgico e efetuada pelos sistemas públicos de ensino, por entidades sindicais, empresas e instituições empresariais, tendo em vista subsidiar a ação sindical no campo da negociação e da gestão das políticas de educação e formação profissional. Neste caso, os desafios teóricos e de método de investigação foram inúmeros, mas seu enfrentamento possibilitou a obtenção de resultados interessantes do ponto de vista do diagnóstico construído sobre o ensino técnico e profissional em curso no país (público, particular, o realizado por empresas, sindicatos e entidades comunitárias) e, principalmente, suscitou o levantamento de algumas questões teóricas pertinentes aos vínculos entre educação escolar e mercado de trabalho, entre escola e produção etc. Assim, permitiu, de certa forma, não só visualizar o "estado da arte" da pesquisa na temática, mas também, por isso, organizar o programa de atividades investigativas posteriores.

Desde 1998, por meio do projeto *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP* (coordenado pela Professora Sonia Maria Portella Kruppa), buscou-se contribuir para a constituição do campo da Economia Solidária e para organização e acompanhamento de grupos de trabalhadores. A partir de 2002, com a formação do *Núcleo de Economia Solidária da USP* (do qual, uma das coordenadores é a Professora Sonia Kruppa), a realização de tais propósitos se fortaleceu. Atualmente, a ITCP, junto com mais de 40 universidades, integram o *Programa Nacional de Incubadoras Tecnológica de Cooperativas Populares*, em que tais propósitos são postos na perspectiva das políticas governamentais.

Mais recentemente, entre 2000 e 2008, por meio da pesquisa *Educação de Adultos Trabalhadores: Metodologias de Ensino-Aprendizagem, Itinerário Formativo e Capacitação de Professores* (coordenado pelas Professoras Carmen Sylvia Vidigal Moraes e Sonia Maria Portella Kruppa – auxílio FAPESP, modalidade Políticas Públicas²), realizado por uma equipe interdisciplinar de pesquisadores da FE/USP, das áreas de Sociologia, Psicologia e Didática, em colaboração com duas entidades educativas do movimento popular³, buscou-se contribuir na definição de práticas pedagógicas que se constituíssem em referências às políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos e de formação profissional. Os resultados permitiram o aprofundamento da compreensão sobre o adulto trabalhador como sujeito de conhecimento e aprendizagem, a revisão e definição de metodologias de ensino compatíveis com a realidade dos alunos trabalhadores, o aperfeiçoamento da capacitação de professores para utilizar metodologias alternativas e interdisciplinares, a produção de material didático direcionado a professores e alunos trabalhadores, a formulação de atividades

² É importante sublinhar que o formato dos projetos "Políticas Públicas", propiciado pela FAPESP, permite, de um lado, associar a produção de conhecimentos, entendida como objetivo da pesquisa científica, à intervenção social, à chamada aplicação do conhecimento, vista como objetivo dos serviços da extensão universitária. De outro lado, estimula o esforço para que áreas distintas de conhecimento possam se associar na tentativa do resgate da integridade/globalidade do objeto/sujeito social analisado. E, sobretudo, pretende que tais objetivos sejam alcançados por meio da realização conjunta de seus participantes, representantes de diferentes instituições da sociedade, universidades, administração pública, sindicatos e entidades do movimento popular o que coloca a possibilidade de a pesquisa ser desenvolvida *com* os outros agentes sociais participantes e não apenas *sobre* eles e/ou *para* eles.

³ As entidades educativas do movimento popular são o CEEP (Centro de Educação, Estudos e Pesquisas) e o IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas); o CEEP atua com apoio do IIEP, parceria que tem viabilizado a realização de encontros nacionais (administrações públicas, movimentos populares, sindicatos e universidades) e contato com experiências educativas de outros países.

complementares de orientação e registro das práticas pedagógicas. Além disso, o projeto desenvolveu metodologias para a construção de itinerários de formação profissional correspondentes às diferentes ocupações demandadas no mercado de trabalho, assim como procedimentos que preparem os alunos para organizar atividades econômicas a partir de princípios associativistas da economia solidária (o cooperativismo, a autogestão, os microempreendimentos em rede etc.).

Nesse contexto foi que há 5 anos criamos formalmente o GPTE; como não poderia deixar de ser, também desse contexto decorrem as questões e a abordagem teórica e metodológica privilegiadas nas investigações realizadas pelos componentes do grupo. Das questões abordadas pelo GPTE, deve-se ressaltar a realização de pesquisas (que já resultaram ou deverão resultar em dissertações e teses, entre outros trabalhos)⁴ que transitam nas seguintes tópicos:

- Fundamentos da Concepção Materialista da História, em especial da Educação. Bases sociais das teorias educacionais, das teorias das políticas educacionais e da Economia da Educação; crítica dessas teorias. Conflitos de classe, capital e educação; particularidades históricas da relação entre trabalho e educação; formação política e transformação social.

- Sociedade civil, movimentos sociais e educação na modernidade e no Brasil. Movimento sindical, formação e educação; educação popular e economia solidária. Trajetórias escolares e profissionais de trabalhadores (homens e mulheres). Movimento sindical docente e organização do trabalho no sistema educacional.

- Estado, políticas educacionais, trabalho e emprego na modernidade e no Brasil. Ensino médio, educação profissional técnica de nível médio, formação inicial e continuada, educação de jovens e adultos – PROEJA e PROEJA/FIC – e qualificação profissional. Cultura institucional, sistema educacional, formação de professores e gestão democrática da educação pública; formação de professores e Pedagogia.

- Estrutura e conjuntura histórica e educacional. Aspectos internacionais do capital, dos processos educativos e das políticas educacionais. Aspectos comunitários da educação.

⁴ Além das pesquisas desenvolvidas pelos orientandos, com bolsas da FAPESP, CNPq e CAPES, as coordenadoras desenvolvem projetos – com auxílio das entidades de fomento citadas – que incluem também bolsistas de Iniciação Científica (CNPq e/ou FAPESP).

2. O GPTE e seus fundamentos teórico-metodológicos

O desenvolvimento desse domínio de pesquisa, o das relações entre trabalho e educação, em perspectiva histórica e sociológica, tornou necessário o aprofundamento, por parte dos pesquisadores, dos fundamentos da concepção materialista das questões educacionais. Assim, uma de suas principais atividades consiste na realização de seminários sobre ensaios e obras que compõem, de modo abrangente, a concepção materialista da História.

A esse respeito, deve-se ressaltar que no decorrer de 2007 e 2008 realizamos um ciclo de seminários sobre as origens do materialismo histórico. Tais origens se encontram na obra de Karl Marx, em seus estudos iniciais da Economia Política, dos quais se destaca um conjunto de manuscritos, cuja redação frequentemente se estima ter ocorrido em 1844 enquanto vivia em Paris, geralmente designado *Manuscritos Econômico-Filosóficos*⁵.

Nesses manuscritos, Marx entende que o mundo, tal como existe, é produto da atividade humana, da história; a atividade propriamente humana, histórica, é de caráter consciente e livre – conforme observa Marx (1844): "a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem... A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal" (p. 516 [84]). Assim, considera que o homem enquanto ser genérico produz sua humanidade por meio da sua relação com a natureza externa a ele, natureza da qual ele é parte; essa relação, atividade produtora de sua humanidade, é o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva (*die Arbeit, die Lebenstätigkeit, das produktive Leben*), a vida engendradora de vida (*das Leben erzeugende Leben*) – para Marx (1844): "na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como *ser genérico*. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a *sua* obra e a sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objeto do trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se,

⁵ São os *Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844*. A seguir, as citações dessa obra têm por base sua publicação na 2ª edição das Marx/Engels: *Ausgewählte Werke* (Vol. 40, 1990), sendo cotejadas com sua tradução (por Jesus Ranieri) publicada pela Boitempo (em 2004). Quanto às considerações a seguir, v.: Lukács (1955), Löwy (1964), Konder (1965), Mészáros (1970), Konder (1992) e Lobão (2011).

por isso, a si mesmo num mundo criado por ele" (p. 517 [85]). Nesses manuscritos, Marx toma criticamente a noção de trabalho de certas formulações que o precederam, tanto enquanto trabalho humanizante (em que a principal referência é Hegel), quanto enquanto trabalho estranhado (cujas principais referências se encontram no âmbito da Economia Política Clássica).

Assim, Marx começa a realizar sua crítica social por meio de crítica da Economia Política, concentrando-se numa certa caracterização da sociedade, da qual faz parte a transformação social. Neste sentido, procede a uma caracterização da condição econômica da classe trabalhadora, tomando por principais aspectos sua participação tanto na distribuição da riqueza produzida socialmente, quanto na composição da sociedade. Ao considerar a distribuição da riqueza, aborda a questão da renda do trabalhador; entende que o "*salário é determinado através da luta hostil entre capitalista e trabalhador*" (Marx, 1844: 471). Quanto à configuração da sociedade, preliminarmente constata que nela o trabalhador é degradado à condição de mercadoria – diz Marx (1844): "A existência do trabalhador é... reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria" (p. 471 [24])⁶. Isto é, considera que o trabalhador é transformado numa mercadoria (*Der Arbeiter ist zu einer Ware geworden*); aliás, na mais miserável mercadoria (*elendesten Ware*), porque sendo ser humano é tomado como coisa, pressuposto da mercadoria.

Nessa condição, tem-se um paradoxo: quanto maior a miséria em que se encontra o trabalhador, maior a riqueza produzida por ele; entende que essa condição paradoxal do trabalhador tem por fundamento seu estranhamento (*Entfremdung*) em relação tanto ao produto do seu trabalho, quanto ao processo de trabalho mesmo e, também, ao gênero humano. O estranhamento do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho consiste em estranhamento da coisa (*Entfremdung der Sache*), no qual "o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor" (Marx, 1844: 511 [80]). O estranhamento do trabalhador em relação à sua própria atividade produtiva consiste no estranhamento-de-si, ou auto-estranhamento (*Selbstentfremdung*), isto é,

⁶ Como se sabe, mais adiante em sua obra, essa colocação será superada; Marx passará a trabalhar, por exemplo, com a noção de força de trabalho.

propriamente o trabalho estranhado (*entfremdeten Arbeit*), o qual significa "que o trabalho é *externo (äusserlich)* ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito... O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele" (Marx, 1844: 514 [82-3]). O estranhamento do trabalhador em relação ao gênero humano é um efeito dessas duas expressões anteriores do estranhamento. A partir do estranhamento do trabalhador em relação tanto ao produto do seu trabalho, quanto à sua própria atividade produtiva, ele encontra-se numa relação de estranhamento com gênero humano, na qual o produto genérico do trabalho humano, a humanidade, lhe aparece como algo externo, independente e hostil, assim como o próprio trabalho humano genérico lhe aparece como atividade que não lhe pertence; conseqüentemente, "a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana" (Marx, 1844: 518 [86]).

Nesse quadro, entende que por meio do trabalho estranhado o trabalhador engendra seu outro, o capitalista, que se apropria dos produtos do seu trabalho, bem como domina sua atividade produtiva – de acordo com Marx (1844): "Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual outros homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens... A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista... com o trabalho" (ps. 519-20 [87]). Assim, sob o estranhamento, os homens se relacionam de modo peculiar uns com os outros; portanto, também se relacionam de modo peculiar com as mercadorias – diz Marx (1844): "com a massa dos objetos, cresce o reino do ser estranho, ao qual o homem está submetido, e cada novo produto é uma nova *potência* da fraude recíproca e da pilhagem recíproca. O homem se torna cada vez mais pobre como homem, carece cada vez mais de *dinheiro* para se apoderar do ser hostil... A *quantidade*

de dinheiro se torna cada vez mais seu único atributo *poderoso*; assim como ele reduz todo ser à sua abstração, ele se reduz em seu próprio movimento a ser *quantitativo*. A *falta de medida* e a *desmedida* tornam-se sua verdadeira medida" (p. 547). Isto é, sob o estranhamento, a única medida por meio da qual os homens se relacionam entre si, e com as mercadorias, eles a encontram no dinheiro (*Geldes*); daí que sua verdadeira medida (*wahres Maß*) são a falta de medida (*Maßlosigkeit*) e a desmedida (*Unmäßigkeit*). A esse respeito, considera que o dinheiro possui o atributo de comprar todas as coisas, que ele se permuta pela totalidade do mundo objetivo humano e natural (*ganze menschliche und natürliche gegenständliche Welt*); como o homem sob o estranhamento é degradado à condição de coisa, até mesmo o que é propriamente intrínseco ao homem, e que não poderia ser objeto de compra e venda, torna-se por meio do dinheiro comprável e vendável.

Desse modo, sob a vigência do estranhamento, o circuito econômico do intercâmbio, orientado pelo capital, expresso pelo dinheiro, acaba por subsumir a vida do homem. Marx considera que a sociedade está para ser tomada pela luta hostil entre trabalhadores e capitalistas. Na medida em que capitalistas arrendam terras, e as exploram para obter lucro, são dissolvidas as diferenças de interesses entre proprietários fundiários e capitalistas, no sentido em que tais proprietários assumem interesses capitalistas. Dada, por um lado, a concorrência generalizada entre os capitalistas, tanto internamente, quanto externamente, para reduzir os preços dos produtos e, por outro, a condição vulnerável dos trabalhadores na luta com os capitalistas, então os salários são comprimidos e os trabalhadores, tanto na manufatura, quanto na agricultura, são postos cada vez mais em condições de vida degradadas; assim, os trabalhadores, sob domínio cada vez mais intenso da exploração capitalista, não têm outra alternativa a não ser intensificar sua luta com os capitalistas, modo pelo qual a sociedade se encontra a caminho da revolução (*Revolution*) – a esse respeito, conforme observa Marx (1844): "o salário reduzido a um mínimo tem de ser mais reduzido ainda, para que se mantenha a nova concorrência. Isto conduz, então, necessariamente à revolução" (p. 509-10 [77]).

Tal conjunto de formulações, aqui tomadas muito sumariamente, se constituem nas referências fundamentais que, numa perspectiva teórico-

metodológica, orientam nossas atividades na abordagem da relação entre trabalho e educação. Nos anos mais recentes, desenvolvendo tais fundamentos, procuramos debater dois temas centrais do nosso problema de pesquisa: as diferentes concepções de trabalho e as formas de sua realização na sociedade capitalista; e as noções de ideologia e de representação em Marx e nos marxismos. Inicialmente, optamos pela discussão das formulações de Marx que se encontram na sequência dessa, tanto as chamadas *Teses sobre Feuerbach*, elaborada em 1845, quanto a primeira parte (sobre Feuerbach) de *A Ideologia Alemã*, elaborada conjuntamente com Engels entre 1845 e 1846; essa discussão nos permitiu dar continuidade à reconstrução de modo consistente dos fundamentos do materialismo marxista, procurando situar então os processos educacionais no âmbito do processo de reprodução e transformação histórica da sociedade. Também, esse debate, ocorrido inclusive com a participação de professores convidados, nos levou a iniciar um novo ciclo de discussão, sobre o desenvolvimento da polêmica associada ao tema da alienação, abordando autores mais contemporâneos, como György Lukács, em sua *Ontologia do Ser Social*, e Axel Honneth, num ensaio a respeito da categoria reificação. Concomitantemente, como alguns orientandos participavam de um curso de pós-graduação sobre os escritos de Gramsci (desenvolvido pela Professora Carmen Moraes), foram organizados algumas discussões temáticas e mesas redondas, com professores convidados, sobre as formulações teóricas do autor e sua importância na análise e compreensão da sociedade contemporânea, especialmente no tocante à educação.

3. O GPTE e seus desafios

Hoje, o GPTE acumula um conjunto de atividades que lhe permite consolidar-se como grupo de pesquisa ativo. Além das pesquisas realizadas até agora, estão em andamento outras iniciativas. O projeto *EJA e Economia Solidária: Saber local em desenvolvimento - um novo currículo escolar* (do qual a Professora Sonia Kruppa é uma das coordenadoras) tem como objetivos, entre outros: realizar um processo de formação de gestores, coordenadores e professores, mediado pela elaboração de um currículo escolar, que integre os conteúdos da Economia Solidária às áreas de conhecimento da EJA; estimular

gestores e professores para produção em cada escola de um portfólio com as atividades realizadas, como elemento do processo de formação e que se constituirá na base da produção de materiais para professores e alunos, a serem editados e publicados como relatos das experiências pilotos desenvolvidas. Em breve, a pesquisa *Regime Jurídico de Cooperativas Populares e Empreendimentos de Economia Solidária* (financiado junto ao Projeto Pensando o Direito, desenvolvido pelo PNUD, e coordenado pela Professora Sonia Kruppa, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba) busca qualificar e subsidiar o trabalho de análise e elaboração de propostas normativas nessa área.

De modo associado às atividades do GPTE, as Professoras Carmen Moraes e Sonia Kruppa têm oferecido disciplinas, tanto em nível de graduação, quanto de pós-graduação, cujas programações referem-se a temas como: Educação e Trabalho; Gramsci e a Educação como Hegemonia; Economia Solidária, Educação e Desenvolvimento Local. Juntamente com Paul Singer, ofereceram o curso de extensão *Introdução à Economia Política*. No âmbito das atividades do GPTE, vem participando das atividades: 2 estagiários de pós-doutorado (ambos concluídos), 5 estudantes de doutorado (3 teses concluídas e 2 em andamento), 8 de mestrado (5 dissertação concluídas e 3 em andamento) e 4 de iniciação científica (2 pesquisas concluídas e 2 em andamento). Também é importante ressaltar as associações internacionais do GPTE, que nos permitem um diálogo próximo com os principais centros de pesquisa em nossa área; elas se dão tanto por meio de um intercâmbio entre a FE/USP e um consórcio de universidades europeias, através do qual a Professora Sonia Kruppa participou do *Master Erasmus Mundus MUNDUSFOR – Formación de Profesionales de la Formación*, na Universidade do Porto, e pesquisadores dessa universidade realizaram atividades aqui, quanto via contatos do GP e suas coordenadoras com grupos de pesquisadores de universidades francesas, historicamente constituídos, envolvendo as Université Paris I, Paris VIII e Paris X.

Na perspectiva de fortalecer o trabalho até aqui realizado, O GPTE busca agora e no futuro próximo priorizar algumas metas no desenvolvimento de suas temáticas. No tocante aos *Fundamentos da Concepção Materialista da História, em especial da Educação*, cabe dar continuidade ao programa de pesquisa iniciado com a discussão das obras de juventude de Marx, passando às suas

formulações da crítica da Economia Política, isto é: os chamados *Grundrisse*, os demais trabalhos preparatórios d'*O Capital* e, posteriormente, mesmo *O Capital*. Tal programa deve se desdobrar, no longo prazo, com a discussão dos principais desenvolvimentos do marxismo, das formulações marxistas da educação (em geral e no Brasil) e, ainda, fundamentar a crítica das teorias educacionais, das teorias das políticas educacionais e da Economia da Educação. No âmbito da temática própria à *sociedade civil*, cabe ressaltar a importância da investigação e do acompanhamento do movimento sindical, em especial o dos docentes, em suas implicações para as unidades educativas e as políticas educacionais no Brasil. No âmbito da temática própria ao *Estado*, cabe dar continuidade à investigação e ao acompanhamento das políticas educacionais, na articulação das distintas modalidades do sistema educacional brasileiro; importante desafio ao grupo é contribuir, em sua perspectiva própria, com o debate permanente sobre a formação de professores e a gestão democrática da educação pública. Quanto à tópica *Estrutura e conjuntura histórica e educacional*, cabe desenvolver formulações críticas da mercantilização da educação, tanto internacionalmente, quanto no Brasil, bem como contribuir para a organização da pauta de questões e metas para a educação na atualidade.

Outro importante desafio para o GPTE nos próximos anos consiste em ampliar sua participação em atividades institucionais que lhes são pertinentes. No âmbito da própria FE/USP, cabe um esforço de diálogo, e mesmo de trabalho conjunto, com grupos de pesquisa afins, objetivando contribuir para o fortalecimento de um ciclo virtuoso de trabalho acadêmico; ainda dentro da universidade, cabe incrementar nossa participação junto ao LEMARX/USP⁷, na busca por contribuir e auferir contribuições no estudo do marxismo. Nacionalmente, cabe maior participação em fóruns como a ANPED, entre grupos de pesquisa e associações correlatas, com vistas a intercâmbio de investigações, metodologias e, mesmo, pesquisadores. Internacionalmente, nos cabe consolidar o estabelecimento de algumas parcerias estratégicas com grupos de universidades no exterior, com vistas a um intercâmbio de alto nível na realização

⁷ O Laboratório de Estudos Marxistas da USP encontra-se em funcionamento desde o segundo semestre de 2009 e é formado por dezenas de professores e estudantes da universidade, principalmente da FFLCH; além de encontros quinzenais, organiza anualmente o colóquio *Marx e os Marxismos*.

de investigações de excelência científica e na produção das conseqüências práticas das mesmas; do mesmo modo, nos manter receptivos à participação de pesquisadores oriundos de centros acadêmicos em formação, para qualificação recíproca.

Referências Bibliográficas

- Honneth, Axel (2005) *Reificación: un estudio en la teoría del reconocimiento* (trad. esp.: Graciela Calderón), Katz Ed., Buenos Aires, 2007.
- Konder, Leandro (1965) *Marxismo e Alienação*, 2ª ed., Expressão Popular, São Paulo, 2009.
- Konder, Leandro (1992) *O Futuro da Filosofia da Práxis: o pensamento de Marx no século XXI*, 3ª ed., Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2006.
- Lobão, Evandro de Carvalho (2011) *Teoria da Revolução e Formação Política no Jovem Marx*, São Paulo, Tese de Doutorado, FE/USP.
- Löwy, Michael (1964) *La Théorie de la Révolution chez le Jeune Marx*, ed. Maspero, Paris, 1970 [A *Teoria da Revolução no Jovem Marx* (trad. Anderson Gonçalves), Vozes, Petrópolis, 2002].
- Lukács, György (1955) O Jovem Marx: sua evolução filosófica de 1840 a 1844, In. Lukács, György (2007) *O Jovem Marx e outros Escritos de Filosofia* (trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto), Ed. UFRJ, Rio de Janeiro.
- Lukács, György (1971) *Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx* (trad. Carlos Nelson Coutinho), LECH, São Paulo, 1979.
- Marx, Karl (1844) *Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844*, In. *Marx/Engels: Ausgewählte Werke*, 2ª ed., Dietz Verlag, Berlin, Vol. 40, 1990 (ps. 465-588) [*Manuscritos Econômico-Filosóficos* (trad. Jesus Ranieri), Boitempo, São Paulo, 2004].
- Marx, Karl (1845) *Thesen über Feuerbach*, In. *Marx/Engels: Ausgewählte Werke*, Dietz Verlag, Berlin, Vol. 3, 1958 (ps. 5-7).
- Marx, Karl e Engels, Friedrich (1846) *Die deutsche Ideologie*, In. *Marx/Engels: Ausgewählte Werke*, Dietz Verlag, Berlin, Vol. 3, 1958 (ps. 9-530) [*A Ideologia Alemã* (trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano), Boitempo, São Paulo, 2007].
- Mészáros, István (1970) *A Teoria da Alienação em Marx* (trad. Isa Tavares), Boitempo, São Paulo, 2006.
- Mészáros, István (1978) Marx "Filosófico", In. Hobsbawm, Eric J. (org.) (1978) *História do Marxismo – I: o marxismo no tempo de Marx* (trad. Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles), Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983 (12 vols.).
- Moraes, Carmen S. V. (2005) *A Relação Trabalho e Educação em Perspectiva Histórica e Sociológica*, São Paulo, Tese de Livre-Docência, FE/USP.